

## **FORMALIDADE OU INFORMALIDADE: ESTUDO DE CASOS MÚLTIPLOS DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO (SE)**

## **FORMALITY OR INFORMALITY: MULTIPLE CASE STUDY OF INDIVIDUAL MICRO-ENTREPRENEURS OF THE MUNICIPALITY of SÃO CRISTÓVÃO (SE)**

---

### **Rosângela Sarmiento Silva**

Doutora em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul-USCS-SP, docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Administração -PROPADM da Universidade Federal de Sergipe – UFS.

e-mail: [rosangelasarmiento13@gmail.com](mailto:rosangelasarmiento13@gmail.com)

### **Andrey Lucas da Silva Fraga**

Graduado em Administração pela Universidade Federal de Sergipe – UFS.

e-mail: [andrey.adm@hotmail.com](mailto:andrey.adm@hotmail.com)

### **Juliana Moreira dos Santos**

Graduada em Administração pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA.

e-mail: [julianamoreirasanto@gmail.com](mailto:julianamoreirasanto@gmail.com)

### **Daiane Martins Teixeira**

Mestranda em Administração pela Universidade Federal de Goiânia – UFG.

e-mail: [daianemartinsteixeira@outlook.com](mailto:daianemartinsteixeira@outlook.com)

### **Marcos Antonio Gaspar**

Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo, docente permanente do Programa de Pós-graduação em Informática e Gestão do Conhecimento (M/D) da Universidade Nove de Julho.

e-mail: [marcos.antonio@uni9.pro](mailto:marcos.antonio@uni9.pro)

## RESUMO

---

Esta pesquisa buscou compreender o que motiva o microempreendedor individual (MEI) do município de São Cristóvão (SE) a permanecer ou sair da informalidade. Sendo assim, esta pesquisa se caracteriza como descritiva qualitativa, tendo sido conduzida por meio de estudo de casos múltiplos, pois busca conhecer o comportamento empreendedor a partir do seu ponto de vista, oferecendo uma melhor compreensão do fenômeno estudado. Nessa direção, a coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas com 30 microempreendedores individuais selecionados de acordo com os critérios pré-estabelecidos, sendo destes, quinze informais e quinze já formalizados. Os casos foram analisados de forma individual e comparativa a partir dos conteúdos auferidas na pesquisa de campo. Verificou-se que o principal fator que leva o MEI a empreender é a falta de emprego e a necessidade de aumentar sua renda, bem como o desejo de independência e de maior liberdade profissional. Nota-se ainda, que a falta de informação é o principal fator influenciador para que os microempreendedores permaneçam na informalidade. Por outro lado, constatou-se que a cobertura previdenciária é a principal motivação para que decidam migrar para a formalidade.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo; Informalidade; Formalização; Microempreendedor.

## ABSTRACT

---

This research aims to understand what motivates the small individual entrepreneur (known as MEI in Brazil) of São Cristóvão (state of Sergipe - Brazil) to stay or get out of informality. This is a descriptive qualitative research conducted by case studies, as it seeks to meet the entrepreneurial behavior from the point of view of these entrepreneurs. To achieve this goal, the data collection occurred through semi-structured interviews with 30 individual small entrepreneurs selected according to pre-established criteria, and of these, 15 were informal and 15 were already formalized. The cases were analyzed individually and were also compared to each other. As results, the main factor which leads MEI to entrepreneur is the lack of employment and the need to increase your income, as well as the desire for independence and professional freedom. It also noted that the lack of information is the main influencer for the small entrepreneur that remains in informality. On the other hand, the social security coverage is the main motivation for which one who decided to migrate to the formality.

**Keywords:** Entrepreneurship; Informality; Formalization; Micro entrepreneur.

**JEL Classification:** L26.

## **1 INTRODUÇÃO**

O estudo sobre empreendedorismo tem relevância para a Administração e economia brasileira como um todo, visto que o empreendedorismo e o espírito empreendedor têm forte influência sobre as práticas das empresas, contribuindo para a busca pela inovação, auxiliando no mantimento do bom andamento da economia do país, pois colabora com o aumento do número de ocupados, seja este o próprio empreendedor ou por meio dos empregos gerados (Barros & Pereira, 2008).

Segundo relatório da Global Entrepreneurship Monitor - GEM (2016), um dos principais estudos e fonte de informações atualmente existente sobre o empreendedorismo mundial, o número de empreendedores brasileiros, que cresceu nos últimos anos, chegando ao patamar de 36,0% em 2016 de empreendedores já estabelecidos, e de 19,6% de novos entrantes.

Entretanto, é importante salientar que, de acordo com Oliveira; Gomes & Targino (2011), nem todos os empreendedores estão devidamente regulamentados pela legislação vigente, sendo que os que estão à margem dessa regulamentação são considerados empreendedores informais e, por assim estarem, não têm acesso a diversos benefícios oferecidos pelos órgãos competentes. Todavia, embora isso pareça uma desvantagem, muitos optam por permanecer na informalidade, em sua maioria, motivados pelas altas taxas de tributação para formalização, de acordo com Sebrae (2018).

Face ao exposto, e mesmo diante do crescimento do tema empreendedorismo e do aumento do número de empreendedores (Gem, 2016), poucas pesquisas foram encontradas relacionadas ao tema no município de São Cristóvão (SE). Diante desse contexto, se faz necessário um estudo regionalizado e local para entender as motivações que levam as pessoas a empreender, bem como para manter-se na formalidade ou informalidade. Além disso, a realização deste estudo poderá contribuir como mais uma ferramenta de compreensão a respeito das teorias já existentes sobre o tema abordado.

Este estudo também contribuirá de forma prática aos empreendedores informais para compreender como estes podem obter melhores resultados saindo da informalidade, bem como poderá servir de fonte de informações para a Administração Pública do município enfocado por meio dos órgãos responsáveis, tais como a Secretaria Municipal de Assistência

Social e Trabalho, ao Centro de Referência de Assistência Social e a Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão, a desenvolverem ações futuras nesta área. Partindo-se dos pressupostos apresentados, chegou-se à seguinte questão-problema: O que motiva o microempreendedor individual do município de São Cristóvão/SE a permanecer ou sair da informalidade?

Assim sendo, de forma a responder o problema de pesquisa apresentado, este estudo tem como objetivo identificar os motivos que levam os microempreendedores individuais de São Cristóvão (SE) a permanecerem ou saírem da informalidade. De forma complementar, e visando atingir o objetivo delineado, têm-se os seguintes objetivos específicos: 1) Caracterizar o perfil dos MEI de São Cristóvão (SE); (2) Analisar quais fatores mais relevantes levam os MEI a permanecer na informalidade e, por fim; (3) Analisar quais fatores mais relevantes levam os MEI a sair da informalidade.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Empreendedorismo**

Apesar de ser um tema que tem se propagado nos últimos anos, mais especialmente nas últimas duas décadas, de acordo com Baggio & Baggio (2014), o termo empreendedorismo ainda possui um conceito muito amplo, o que tem gerado diferentes interpretações e pouco consenso a respeito de um conceito singular. Todavia, Oliveira *et al.* (2011, p. 2) apresentam um conceito prático e de fácil entendimento do empreendedorismo: “o processo pelo qual as pessoas iniciam e desenvolvem seus negócios. É um fenômeno complexo, no qual envolve o empreendedor, a empresa e o cliente, que fazem parte deste processo”.

Para o Sebrae (2018), empreendedores são pessoas que saem do que é comum e do presente e conseguem ver oportunidades futuras, diferenciando dos demais indivíduos. Com isso chegam primeiro a um objetivo ou a realização de seus sonhos, transformando assim o contexto em que estão imersos de forma criativa e inusitada.

No que se refere ao Brasil, o empreendedorismo passa a surgir de forma mais abrangente a partir da década de 1990, impulsionado pela criação de instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que dentre seus

serviços engloba o apoio e o incentivo às atividades empreendedoras em todo território nacional (Dornelas, 2016). Após quase trinta anos de surgimento do empreendedorismo no cenário Brasileiro, ele se tornou um dos principais alicerces de sustentação econômica do país (Galvan, 2014).

Dentre as principais motivações para empreender, destacam-se o empreendedorismo por oportunidade e o empreendedorismo por necessidade. Além desses, a sensação de auto realização e independência tem um papel importante dentre os fatores de decisão para a entrada nesse tipo de atividade (Vale; Corrêa & Reis 2014).

Em relação ao empreendedorismo por oportunidade, Havreluck *et al.*, (2016), explicam que nessa vertente, os empreendedores também podem ser chamados de empreendedores voluntários, pois enxergam a oportunidade de um possível negócio ou algo novo no mercado e decidem pô-lo em prática, mesmo em alguns casos já tendo outra fonte de renda ou emprego.

Por outro lado, no que tange ao empreendedorismo por necessidade, Lima (2008) cita que, ao contrário dos empreendedores por oportunidade, estes podem ser chamados de empreendedores involuntários, ou seja, aqueles que não abriram o seu próprio negócio por vontade própria, mas que foram levados a isso por circunstâncias adversas ao seu controle, e por isso se vêem obrigados a empreender. Nestes casos, esta opção é a sua única alternativa de renda para manter o seu sustendo e de sua família.

Por fim, apesar de não ser uma das duas vertentes apresentadas, como dito anteriormente, é importante destacar o papel fundamental da sensação de auto realização e a independência como fatores preponderantes na decisão de empreender (Vale *et al*, 2014; Brito, 2016). Esse fator é corroborado por Ullrich *et al.*, (2014), que seguem uma linha de raciocínio semelhante e citam existirem seis principais fatores encontrados como motivação para se optar por trabalhar por conta própria: 1) O rompimento do status atual; 2) a realização de um sonho; 3) o atendimento às expectativas de outros; 4) o desejo de ser agente de transformações; 5) a realização pessoal e, por fim; (6) a contribuição para a sociedade em que vive.

## **2.2 Empreendedor formal e informal**

O Sebrae (2018:3) conceitua empreendedor informal como aquele que trabalha por “contra própria ou empregador sem registro na Prefeitura e sem CNPJ (Cadastro Nacional da

Pessoa Jurídica)” e, por sua vez, empreendedor formal aquele que desenvolve uma atividade empreendedora por “conta-própria ou empregador com registro na Prefeitura e/ou com CNPJ”. Assim sendo, qual seria então o motivo do surgimento desse tipo de atividade informal? Segundo Telles *et al.* (2016), no atual sistema capitalista não existe vagas suficientes no mercado de trabalho para comportar toda a mão de obra especializada disponível. Esse excedente gerado, obviamente necessitando também de manter-se financeiramente, busca alternativas de trabalho e seriam absorvidos pela informalidade, onde podem usar seus conhecimentos em favor de um retorno financeiro.

Nessa seara, o governo brasileiro e instituições correlatas têm buscado cada vez mais conscientizar e tornar público que as vantagens da formalização são ainda maiores e abrem caminhos para o crescimento do negócio. Além disso, os órgãos competentes também têm buscado criar mecanismos para facilitar o funcionamento desses empreendimentos, como a figura do Micro Empreendedor Individual (MEI), o que representou uma conquista para os empreendedores que desejavam sair da informalidade, mais encontravam maiores entraves burocráticos (Vieira *et al.*, 2012; Faria *et al.*, 2015; Hammes, 2016).

Dessa forma, a figura do MEI foi criada pelo Governo Brasileiro por meio da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, complementando a Lei Geral da Microempresa, popularmente denominada a Lei Complementar 123/2006. Lei esta, que segundo a Receita Federal tem o objetivo de fomentar a formalização de empreendedores e protegê-los com relação aos benefícios que a previdência social lhes proporciona, garantindo-lhes direitos que antes não teriam acesso (Faria *et al.*, 2015).

### **2.3 Breve Caracterização do Município de São Cristóvão (SE)**

Fundado em 1590, sendo a quarta cidade mais antiga do Brasil, o Município de São Cristóvão está localizado no Estado de Sergipe, mais especificamente a 26 km da capital do estado, com uma área territorial de 438.037 km<sup>2</sup> e população atualmente estimada em 89.232 habitantes (Ibge, 2017). No que se refere aos fatores econômicos, o município possuía em 2015 um PIB per capita de R\$ 9.912,72, o que é considerado baixo para a média do país e o coloca no 3717º lugar no ranking nacional. Constatou-se ainda que apenas 18,1% da população possui empregos formais com média salarial é de 3,1 salários mensais. De acordo com o Cadastro Central de Empresas da cidade em foco, o número de empresas ativas totaliza 876 unidades no território municipal (São Cristóvão, 2015).

Os dados acima apresentados são importantes, pois expõem um panorama da realidade do município de São Cristóvão (SE), principalmente no que se refere à sua economia e taxa de emprego. Esses dois fatores são importantes, pois salientam uma primeira percepção a respeito do possível crescimento do empreendedorismo individual no município verificado nos últimos anos, em sua maioria por necessidade de sustento próprio e familiar (São Cristóvão, 2015).

### **3 MÉTODO E MATERIAIS**

De acordo com Gil (2008:8), “para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitaram sua verificação”. Sendo assim, em consonância com o tema abordado, o problema e os respectivos objetivos indicados, esta pesquisa se caracteriza como descritiva qualitativa, desenvolvida por meio de estudo de casos múltiplos.

A pesquisa qualitativa se mostrou adequada, pois possui uma abordagem que permite entender a forma como as pessoas veem, entendem e explicam os fenômenos que ocorrem no mundo ao seu redor, ou seja, suas experiências de vida e como reagem diante delas (Creswell, 2014). Em complemento, esta pesquisa é considerada descritiva, pois busca descrever as características da situação que envolvem um fenômeno ou problema (Gil, 2008).

O estudo de caso como método de pesquisa. Esse método tem uma abordagem qualitativa e por meio dela é possível analisar um caso que representará um grupo, sistema ou comunidade a fim de entender o que acontece nesse ambiente na vida real (Creswell, 2014). Partindo-se desta definição, o estudo de casos múltiplos foi adotado visto que este apresenta a possibilidade de se chegar a uma conclusão mais robusta e convincente a respeito do objeto estudado, uma vez que por meio dele não se trabalha apenas com um único caso (Creswell, 2014; Yin, 2015).

A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, que se caracteriza como uma entrevista realizada com um roteiro de perguntas pré-estabelecidas, que no andamento da entrevista e de acordo com a habilidade do entrevistador podem ser modificadas (Yin, 2015; Creswell, 2014).

Quanto à seleção dos casos para estudo, de acordo com Creswell (2014) não existe uma obrigatoriedade na quantidade de casos a serem analisados nesse tipo de pesquisa, sendo quatro casos uma quantidade mínima recomendada, mas ficando a critério do pesquisador adaptar esse quantitativo de acordo com a necessidade do fenômeno estudado. Sendo assim, foram selecionados, por acessibilidade e conveniência dos pesquisadores, quinze empreendedores formalizados e quinze empreendedores informais que residem e desenvolvem atividades empreendedoras no município de São Cristóvão (SE).

Para assegurar a validade e confiabilidade desta pesquisa foram adotados os critérios de qualidade explicitados nos estudos de Saunders, Lewis & Thornhill (2009); Creswell (2014) e Yin, (2015), conforme apresentado no Quadro 1.

Elemento de Verificação	Estratégias de Verificação
Confiabilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de protocolo de estudo</li> <li>• Realização de pré-teste com um empreendedor</li> <li>• Transcrição literal das perguntas e respostas gravadas nas entrevistas;</li> <li>• Revisão das transcrições das entrevistas;</li> <li>• Verificação cruzada, ou seja, por terceira pessoa.</li> <li>• Arquivamento de todos os dados</li> </ul>
Validade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificação e validação de compatibilidade das transcrições</li> <li>• Realização de triangulação de dados coletados entre os diferentes entrevistados.</li> </ul>

Quadro 1: Estratégias de verificação de confiabilidade e validade

Fonte: baseado em Saunders, Lewis & Thornhill (2009); Creswell (2014) e Yin, (2015).

As categorias de pesquisa são expostas no Quadro 2. Para Gil (2008) as categorias ou dimensões de pesquisa devem ter uma relação entre si, ou seja, algo que elas têm em comum e, por isso, o autor ainda acrescenta que sendo assim, existe a possibilidade de classificá-las, devendo essas categorias, variar de acordo com os objetivos que se pretende alcançar na pesquisa. Dessa forma, os elementos de análise, que serviram também como base para elaboração do instrumento de coletas de dados, são apresentados no Quadro 2.

CATEGORIAS DE PESQUISA		
Perfil do Empreendedor	Autores	Objetivos da Pesquisa
(1) Gênero; (2) Faixa etária; (3) Estado Civil; (4) Possui filhos; (5) Número de filhos; (6) Escolaridade; (7) Renda familiar; (8) Renda externa ao negócio; (9) Origem da renda.	Gomes <i>et al.</i> , (2014); GEM (2016); Telles (2016); IBGE (2018)	Caracterizar o perfil dos MEI de São Cristóvão/SE.
Perfil Empresarial	Autores	Objetivos da Pesquisa
(10) Ramo de atividade; (11) Tempo no ramo de atividade; (12) Empreendedor formal ou informal; (13) Motivações para empreender;	IBQP (2014); Conaje (2016); Valle <i>et al.</i> , (2014);	Caracterizar o perfil das empresas MEI de São Cristóvão/SE;

(14) Fatores influenciadores da não formalização; (15) Preparo para empreender	Lima; Nelson & Nassif., (2016); Telles (2016).	
<b>Conhecimento sobre formalização</b>	<b>Autores</b>	
(16) Procedimentos para formalização; (17) Como soube sobre a formalização	SEBRAE (2018); Telles (2016).	
<b>Percepção sobre formalização</b>	<b>Autores</b>	<b>Objetivos da Pesquisa</b>
(18) Descriminalização sobre a informalidade; (19) Informalidade tem mais vantagens que formalidade?; (20) Formalidade tem mais vantagens que informalidade? (21) Fatores influenciadores da decisão de formalização.	Conaje (2016); GEM (2016); SEBRAE (2018); Telles (2016); Vale, Corrêa, & Reis (2014),	Analisar quais fatores mais relevantes levam os MEI permanecer na informalidade; Analisar quais fatores mais relevantes levam os MEI a sair da informalidade.

Quadro 2 – Categorias dos elementos de pesquisa.

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

A técnica de análise de dados aplicada nesta pesquisa foi a análise de conteúdo, que segundo Godoy (1995) não se limita apenas à interpretação dos dados após a realização de sua coleta. A técnica permite ao pesquisador extrair um entendimento maior sobre comportamentos do objeto de pesquisa que vai além daquilo que lhe é comunicado. Além disso, foram realizadas observações in loco, análise individual e análise cruzada dos casos, já que, estudos de casos múltiplos possuem a capacidade de lidar com amplas fontes de evidências para melhor interpretar o fenômeno investigado (Yin, 2015).

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção será apresentada a análise individual e comparativa dos dados coletados em campo junto aos microempreendedores, contemplando as categorias de análise previstas, as semelhanças e diferenças entre os investigados e, quando possível, a comparação com os estudos apresentados na fundamentação teórica.

### 4.1 Perfil dos MEIs de São Cristóvão (SE)

Observou-se que os empreendedores informais da amostra analisada representam 60% de público masculino e 40% de feminino. Dentre os empreendedores formais, as mulheres representam 66,67% dos entrevistados, enquanto os homens representam apenas 33,33%. Com relação aos empreendedores informais de gênero masculino, a média de idade é de 38,5 anos, enquanto que nas empreendedoras é 36,7 anos. De modo geral, entre os empreendedores informais a média de idade ficou em 38,2 anos. Já em relação aos

empreendedores formais mulheres têm uma média de 42,4 anos, a dos homens é de 34,6 anos, com média geral de 39,8 anos, contatando os dados do GEM (2016).

Ainda estabelecendo análises tendo como base o gênero, nota-se que os empreendedores informais, solteiros e do sexo masculino representam 55,56% dos sujeitos pesquisados, enquanto que os casados 33,33% e apenas 11,11% de divorciados. Já as mulheres casadas representaram 66,66% e solteiras 33,34%. Como um todo, os resultados entre os empreendedores informais somam respectivamente 46,66% de casados e solteiros e divorciados 6,68%.

Em relação aos empreendedores formais, percebe-se uma tendência maior para os empreendedores já casados, sendo os homens 80% nesta condição e apenas 20% solteiros; enquanto nas mulheres, 70% são casadas, 20% são divorciadas e 10% são solteiras. De modo geral, os empreendedores formalizados (MEI) pesquisados representam 66,67% de casados, 20% de solteiros e 13,33% de divorciados.

No que tange à escolaridade dos empreendedores informais, observou-se que três dos nove empreendedores masculinos completaram apenas o Ensino Fundamental, um não chegou a concluí-lo, um concluiu o Ensino Médio, três não concluíram esse nível e um iniciou o ensino superior, mais ainda não o concluiu. Dessa forma, o nível mais alto completamente concluído pelos homens é o Ensino Médio, enquanto que para as mulheres o nível mais alto concluído com sucesso é o Ensino Superior, com um caso, seguido de mais um caso que iniciou mais não concluiu esse mesmo nível, um que não concluiu o ensino médio e três empreendedoras que concluíram o ensino médio. Dessa forma, as mulheres mostram possuir um grau de escolaridade maior em relação aos homens empreendedores, o que está de acordo com os dados divulgados pelo Anuário das Mulheres Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2018).

Por sua vez, com relação à renda familiar dos entrevistados, há uma maior concentração de empreendedores informais com uma renda abaixo dos R\$ 3.000. Todavia, foram encontrados em sua maioria empreendedores informais que afirmam ter uma renda de até um salário mínimo, fenômeno este que, segundo os dados do relatório Data Sebrae (2016), é notado entre empreendedores brasileiros informais, conforme revela o Gráfico 1:

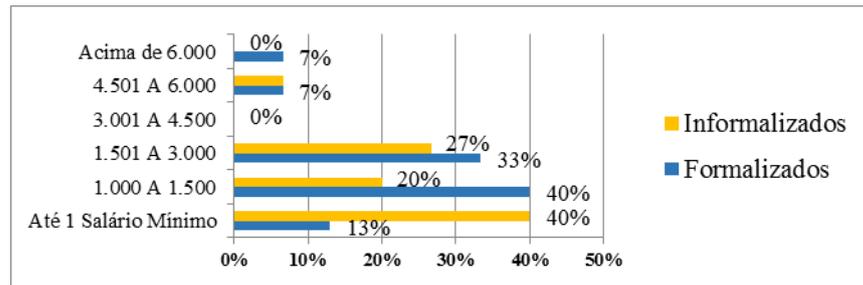


Gráfico 1: Renda familiar dos empreendedores formais e informais analisados

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Os empreendedores formalizados apresentam concentração maior na parte inferior do gráfico, mas demonstram indicadores melhores que os informais, sendo que a maior parte afirma possuir renda familiar entre R\$ 1.000 (Mil reais) e R\$ 1.500 (Mil e quinhentos reais). Também é interessante notar que os empreendedores já formalizados possuem presença maior na parte superior do gráfico, em relação aos demais. Sob uma visão geral, percebe-se que os empreendedores formalizados possuem renda maior que os empreendedores informais.

No que se refere ao perfil profissional, buscou-se na pesquisa de campo encontrar empreendedores das mais variadas atividades. Dessa forma, foi constatado que dezessete dos entrevistados atuam na área de comércio e treze em serviços.

Cabe também analisar há quanto tempo esses empreendedores atuam no mercado. Notou-se que as respostas encontradas nesta pesquisa vão ao encontro dos dados indicados no relatório GEM (2017), visto que a maior parte dos negócios informais possui menos de três anos de iniciados, com uma média de tempo aproximada de seis anos. Todavia, é interessante notar que, dentre os empreendedores informais, são encontrados três casos específicos (empreendedores 04, 07 e 10) que atuam há mais de 20 anos na informalidade. Por outro lado, os empreendimentos formais são mais estabelecidos, uma vez que em sua maioria foram abertos há mais de 5 anos e com média geral de aproximadamente 9 anos de atuação no mercado.

Foi possível notar em relação aos empreendedores informais, que as mulheres predominam quanto ao tempo da atividade, com média de 9 anos; enquanto que para os homens essa média é de 7 anos. Já se tratando dos empreendedores já formalizados, essa predominância se inverte, enquanto os homens têm média de 11 anos, a média das mulheres é de 8 anos.

#### 4.2 Fatores mais relevantes que levam os MEI's a permanecer na informalidade

Para responder a esse objetivo, foram analisadas as respostas dos empreendedores que permanecem na informalidade, como demonstrado no Quadro 3:

Empreendedores	Motivação
Empreendedor 01	"Por causa dos impostos que são muito altos, só por isso mesmo".
Empreendedor 02	"Porque eu ainda trabalho de carteira assinada numa empresa, aí não pode".
Empreendedor 03	"Porque nunca precisei nesse negócio, aí nunca procurei também".
Empreendedor 04	"Sabe que eu nunca pensei nisso? Nunca passou pela minha cabeça de me formalizar não".
Empreendedor 05	"Como eu disse eu tenho um outro trabalho, isso aqui é só um complemento, aí não fui atrás disso não".
Empreendedor 06	"Acredito que por falta de entendimento, por falta de conhecimento, eu tenho que procurar ajuda pra mim me regularizar".
Empreendedor 07	"Não, não sei não. Eu comecei uma vez, mas não levei à frente, aí eu não sei não como que faz".
Empreendedor 08	"Não sei não, não pensei nisso não".
Empreendedor 09	"Pela dificuldade que a gente tem para legalizar, pela burocracia mesmo".
Empreendedor 10	"Não porque que eu saiba isso não precisa não. Por que é reforço, não precisa de registro nenhum não".
Empreendedor 11	"Eu nunca me interessei nisso não, nunca nem procurei saber nada disso".
Empreendedor 12	"Porque eu nunca me interessei mesmo de ver isso, e ainda tem umas taxas aí que tem que pagar. O negócio é pequeno e ainda tem que ficar dando dinheiro a governo, é complicado".
Empreendedor 13	"Porque já tenho outra profissão, isso aqui é só para complementar mesmo".
Empreendedor 14	"Porque eu tenho pouco tempo de mercado".
Empreendedor 15	"A gente trabalha em casa mesmo, fazemos e entregamos em domicílio, aí nem nos preocupamos com isso".

**Quadro 3:** Fatores influenciadores a permanecer na informalidade

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Apesar das variadas motivações citadas, é importante destacar alguns pontos, como o fato pelo menos sete empreendedores terem afirmado não saber responder o porquê de não se formalizarem ou não terem buscado informações acerca do assunto ou, até mesmo, nunca terem pensado e se preocupado com isso. Similar a esse contexto, a empreendedora 10 diz acreditar que para o tipo de trabalho dela, ou seja, reforço escolar, não exista a necessidade da formalização. Essa afirmação coincide com as informações expressas no relatório GEM (2017), o qual revela que os empreendedores em sua maioria não buscam formalização por falta de conhecimento ou desinteresse a respeito do assunto.

Por outro lado, três empreendedores citaram o pagamento de taxas e impostos, bem como a burocracia, como fatores que os influenciaram a decidir não se formalizar. Este fato vai ao encontro das pesquisas de Silva *et al.*, (2010), nas quais comprovou-se que a figura do MEI também seria vantajosa para governos estaduais e federal, visto que, com os MEIs na informalidade estariam deixando de recolher os impostos.

Já os empreendedores 02, 05 e 13 afirmam não se formalizarem por possuírem vínculo empregatício com uma empresa privada ou pública, ou seja, são impedidos pela Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008, que impede expressamente o cadastro como MEI. Restando apenas o Empreendedor 14 que afirmou que não se formalizou devido ao fato de possuir pouco tempo de atuação no mercado.

Os dados supracitados são preocupantes, pois revelam grande falta de informação do empreendedor do Município de São Cristóvão (SE) a respeito da formalização, bem como dos critérios necessários para se tornar um MEI. Isso pode estar atrelado ao fato de 74% dos entrevistados não terem participado de nenhuma capacitação antes de empreender. Tal fato encontra respaldo na visão expressada em estudo de Silva e Lopes (2010), no qual verificou-se que a necessidade faz alguns empreendedores dispensarem qualquer tipo de preparação ou qualificação.

Quando questionados sobre como proceder para se tornar um MEI formalizado, verificou-se que os empreendedores 04, 06, 07, 08, 09, 11 e 14 não sabem explicar o procedimento para formalização de seus empreendimentos. A Empreendedora 09 ainda acrescentou a dificuldade que teve em diversos órgãos em busca de informações, o que desencadeou diversas idas e vindas sem resultados, fazendo-a desistir da regulamentação.

Em contraponto, os empreendedores 01, 05, 10, 12, 13 e 15 sabem informar genericamente que a instituição que pode auxiliar na compreensão dos passos para a formalização o SEBRAE. Porém, esses empreendedores não sabem detalhar como proceder. Já o Empreendedor 02 demonstrou possuir maior conhecimento sobre os procedimentos a serem adotados, inclusive citando a possibilidade de o processo ser aberto via internet e que o microempreendedor individual tem outro enquadramento empresarial oferecido pela legislação brasileira. Além das explanações acima, os empreendedores formais e informais ainda foram perguntados sobre como tomaram conhecimento acerca da possibilidade de formalização de seus negócios. Suas respostas são apresentadas no Gráfico 2.

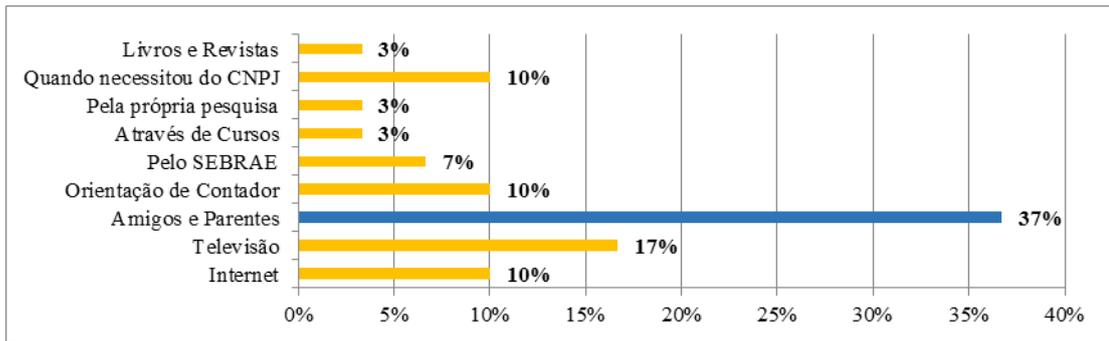


Gráfico 2– Meio de conhecimento sobre formalização

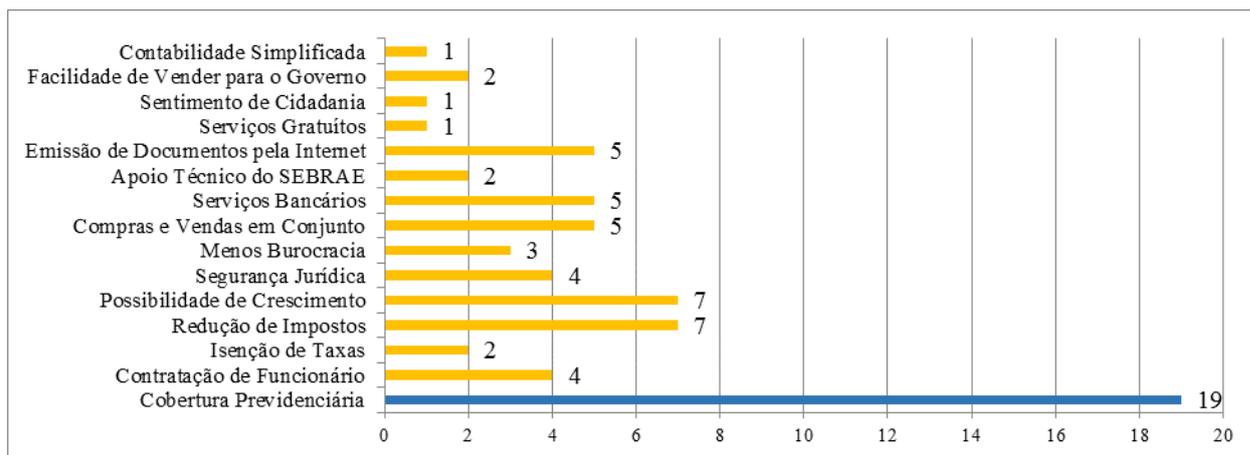
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

Como é possível observar, os empreendedores pesquisados tomaram conhecimento que poderiam se formalizar por meio de amigos e parentes, seguidos daqueles que viram na televisão, que está à frente da Internet. Este resultado parece contrastar com os diversos avanços tecnológicos de diferentes plataformas digitais oferecidas pelo SEBRAE e Governo Federal, exclusivas para os empreendedores. É importante destacar que apenas 10% deles (três empreendedores) disseram que souberam dessa possibilidade apenas quando foram solicitados a apresentar o CNPJ para poder fazer algum tipo de negócio, além do empreendedor 04, que afirmou que estava tomando conhecimento do assunto no momento da pesquisa.

De modo geral, evidenciou-se que, em consonância aos dados do relatório GEM (2016), a falta de informação ou informação de pouca qualidade tem sido um fator de grande influência para a permanência dos empreendedores do município de São Cristóvão (SE) na informalidade, seguido pela segunda motivação, referente ao pagamento de impostos e à burocracia nos procedimentos de formalização.

#### 4.3 Fatores relevantes que levam os MEIs a saírem da informalidade

Para responder esse objetivo foram analisadas as entrevistas dos 30 empreendedores (formais e informais). O Gráfico 3 demonstra a quantidade de vezes que cada fator foi citado pelos empreendedores.



**Gráfico 3:** Fatores influenciadores a sair da informalidade

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Reafirmando os estudos do Sebrae (2018), esta pesquisa certificou que a cobertura previdenciária é o fator que mais atrai os empreendedores pesquisados, aparecendo quase o triplo de vezes de outras motivações tais como: a possibilidade de crescimento e isenção de taxas, cada uma citada sete vezes pelos empreendedores pesquisados.

Logo após, citada cinco vezes pelos empreendedores vem a emissão de documentos pela internet, os serviços bancários e a possibilidade de compras e vendas em conjunto com outros empreendedores. Subsequentemente segue a segurança jurídica e a possibilidade de contratação de um funcionário, com quatro citações cada; e ainda menos burocracia, citada três vezes. facilidade de vender para o governo, apoio técnico do SEBRAE e isenção de taxas, com 2 citações cada. Por último, citados apenas uma vez, apareceram a contabilidade simplificada, sentimento de cidadania e serviços gratuitos.

Para complementar, faz-se necessário entender se os investigados, consideram que os empreendedores informais têm mais vantagens em relação aos já formalizados, ou vice e versa. Isso ajudará a reforçar os dados apresentados anteriormente, em relação à percepção dos sujeitos pesquisados. Nesse sentido, quando os empreendedores informais foram questionados sobre o assunto, oito deles responderam acreditar terem mais vantagem em relação ao já formalizado. Quando indagados porque consideravam isso, os principais motivos apresentados foram por terem maior lucro, não pagarem impostos e não enfrentarem burocracia. Por outro lado, sete deles acreditavam que o empreendedor formalizado tem mais vantagem, por causa da cobertura previdenciária, maior confiança dos clientes e por terem benefícios que lhes permitem acesso a mais mercado.

Por parte dos empreendedores formalizados, quando questionados sobre a mesma pergunta, cinco responderam que achavam que o empreendedor informal tinha vantagem em relação ao já formalizado, pois o SEBRAE não oferece ao formalizado tudo que promete, além de não existir fiscalização sobre a sonegação de impostos, o que acarreta em maiores lucros aos MEIs informais. Por outro lado, dez empreendedores achavam que o formalizado tem mais vantagem por causa da cobertura previdenciária, a despreocupação com multas e fiscalizações, os benefícios adquiridos, o suporte do SEBRAE e também por poder contar com empréstimos. Diante disso, entende-se que os empreendedores estudados, em sua maioria considera ser mais vantajoso se formalizar, sendo que a cobertura previdenciária emergiu como o fator com mais influência na decisão dos empreendedores na decisão de saírem da informalidade.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo desta pesquisa foi alcançado por meio dos objetivos específicos propostos. O primeiro objetivo buscou caracterizar o perfil dos MEI de São Cristóvão/SE. Face aos dados coletados verifica-se que de modo geral as mulheres representam o maior percentual dos micros empreendedores individuais formalizados analisados, enquanto os homens são a maioria dos empreendedores informais no contexto local. No que tange ao perfil dos entrevistados, constatou-se que os empreendedores formalizados possuem desempenho financeiro superior aos empreendedores informais.

Quanto ao grau de escolaridade, é plausível destacar que as mulheres demonstraram possuir um grau de instrução maior em relação aos homens. Esse resultado é pertinente e enriquecedor para a literatura, pois permite compreender que o grau de escolaridade é um fator impulsionador para as mulheres criarem negócios, como também determinante para uma gestão mais eficiente. Quanto à idade dos empreendimentos, nota-se que os empreendedores formais possuem maior período de atuação, quando comparados aos que encontram-se na condição de informais.

O segundo objetivo tratava da análise dos fatores mais relevantes que levam os MEI permanecerem na informalidade. Cabe expor que a maioria dos empreendedores entrevistados demonstraram possuir conhecimento limitado acerca assunto. Assim, considera-se este fator como o principal impulsionador para que os empreendedores de São

Cristóvão permaneçam na informalidade. Para mudar tal situação, seria pertinente buscar meios que pudessem facilitar o conhecimento e em prol de orientá-los acerca do cadastro, bem como sobre os benefícios e vantagens.

Por fim, o último objetivo deste estudo buscou analisar quais fatores mais relevantes levam os MEI's sair da informalidade. Desse modo, foi possível constatar que a cobertura previdenciária é o fator mais relevante para os empreendedores investigados, sejam estes formalizados ou informais. Sendo assim, percebe-se que o empreendedor compreende que esse aspecto lhes proporciona diversos benefícios. Além disso, a possibilidade de crescimento e a redução de impostos são vistos como fatores motivadores também importantes.

Verificou-se ainda uma insatisfação por parte de alguns MEIs quanto à falta de apoio técnico mais efetivo por parte do SEBRAE às cidades do interior. Neste estudo específico ao Município de São Cristóvão, surgiu como sugestão dos próprios empreendedores a criação de um polo na cidade para assim tornar possível um maior e mais próximo assessoramento aos negócios do município. Com isso, esta pesquisa também traz contribuições à Academia, informando que os empreendedores informais, ao visualizarem e avaliarem melhor a probabilidade de obterem melhores resultados, optam por sair da informalidade. Além disso, a contribuição se dá no sentido de disponibilizar informações ao poder público do município e ao SEBRAE acerca das demandas do empreendedor são-cristovense, e assim, favorecer e fortalecer a atividade empreendedora na cidade.

As limitações desta pesquisa voltam-se à amostra não probabilística selecionada para a pesquisa de campo, que não permite generalizações ao fenômeno estudado. Além disso, também há a limitação da quantidade de casos analisados nesta pesquisa, bem como o fator de recorte geográfico quanto ao município considerado na pesquisa.

Estudos futuros poderiam ampliar a quantidade de microempreendedores analisados, além de considerar outros municípios e regiões de modo a verificar possíveis singularidades.

## **REFERÊNCIAS**

Baggio, A. F. & Bagio, D. K. (2014) Empreendedorismo: Conceito e Definições. *Rev. de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia* – IMED.

Barros, A. A. De & Perra, C. M. M. de A (2008). *Empreendedorismo e Crescimento Econômico: uma Análise Empírica*. Universidade Presidente Antônio Carlos - Barbacena/MG.

Brasil, Lei Complementar nº 128, de 19 de Dezembro de 2008. *Cria a figura do Microempreendedor Individual - MEI e modifica partes da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar 123/2006*. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF.

Brito, N. D. D. C. De (2016). *Sucesso do microempreendedor individual do Brasil*. Universidade de São Paulo.

Conaje – Confederação Nacional dos Jovens Empreendedores (2016). *Perfil do Jovem Empreendedor Brasileiro*. Relatório Executivo, 2ª Edição.

Creswell, J. W (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens*. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 3. Ed. – Porto Alegre: Penso.

Dornelas, J (2016). *Empreendedorismo. Transformando Ideias em Negócios*. 6ª Edição, Editora Atlass.

Faria, B. S.; Machado, F. S.; Martins, J. L.; Reis, T. R. da S (2015). *Perfil Do Microempreendedor Individual: Uma Análise na Cidade de Volta Redonda*. XII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Universidade Federal Fluminense – Niterói/RJ.

Galvan, L (2014). *O cenário do empreendedorismo no Brasil e a atuação dos empreendedores como gestores*. Artigo de conclusão de curso. Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Gem- Global Entrepreneurship Monitor (2016). *Empreendedorismo no Brasil: 2016*. Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores - Curitiba: IBQP. 208 p.

Gil, A. C (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* - 6ª Ed. Editora Atlas S.A., São Paulo/SP.

Godoy, A. S (1995). Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas- RAE*. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29.

Gomes, A. F.; Santana, W. G. P.; Araújo, U. P & Martins, C. M. F (2014). Empreendedorismo Feminino como Sujeito de Pesquisa. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 16, n. 51, ISSN 1806-4892.

Hammes, E. D (2016). *A política pública do microempreendedor individual e a importância do espaço local na sua implementação*. XI Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Universidade de Santa Cruz do Sul/RS.

Havreluck, B. F. V.; Leal, L. E. B. B.; Bertolazo, I. N & Delben, A.C (2016). *Oportunidade ou Necessidade? Um Estudo sobre Mulheres Empreendedoras no Segmento de Estética na*

*Cidade de Apucarana/PR. V Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade - São Paulo/SP.*

Ibge - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). *Estatísticas por Cidade e Estado*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/sao-cristovao/panorama>>. Acesso em: 10abr.

Ibqp - Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade IBQP, (2014). Disponível em <<http://www.ibqp.org.br/>>. Acesso em 21 mai. 2018.

Lima, A. L. De (2008). *Os riscos do empreendedorismo: a proposta de educação e formação empreendedora*. Universidade de São Paulo.

Lima, E. de O.; Nelson, R & Nassif, V. M. J. (2016). Gênero, classe social e empreendedorismo: foco nas estudantes universitárias de um país emergente. *Rev. Adm. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS*, v. 9, número 4, p. 579-605,

Oliveira, R. V. de. Gomes, D & Targino, I (2011). (org.). *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. Editora Universitária. João Pessoa/PB.

São Cristóvão. (2015). *Prefeitura do município de São Cristóvão*. São Cristóvão, PMSC.

Saunders, M.; Lewis, P & Thornhill, A (2009). *Research methods for business students. 5 ed. London: Pearson Education Limited*.

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2018). *Mulheres elevam escolaridade do empreendedorismo brasileiro*. Sebrae, Brasília.

Silva, A. B. da.; Lopes, J. E. de G.; Filho, J. F. R & Pederneiras, M. M. M (2010). Um estudo sobre a percepção dos empreendedores individuais da cidade de Recife quanto à adesão a Lei do Microempreendedor Individual (Lei MEI – 128/08). *Revista Micro e Pequena Empresa. ISSN1982-2537, Faculdade Campo Lindo Paulista, Campo Lindo/SP*.

Telles, R.; Rocha, J. S. L. da,; Siqueira, J. P. L. de.; Júnior, F. H & Cardoso, S. R (2016). Formalidade ou informalidade? Análise sobre os fatores Presentes na decisão do microempreendedor brasileiro. *Revista Alcance, ISSN: 1983-716X*.

Ullrich, D. R.; Oliveira, J. S. de.; Basso, K.; Visentini, V. G. M. V.; Corrêa, V. S & Reis, R. F (2014). dos. *Motivações para o Empreendedorismo: Necessidade Versus Oportunidade?. Revista de Administração Contemporânea - ANPAD, Rio de Janeiro/RJ*.

Vale, G. M. V.; Corrêa, V. S.; Reis, R. F. Dos (2014). *Motivações para o Empreendedorismo: Necessidade Versus Oportunidade?. Revista de Administração Contemporânea - ANPAD, Rio de Janeiro/RJ*.

Vieira, A. R. da S.; Valério, J. F.; Moura, R. M. de .; Almeida, F. M. de M & Júnior, D. M. P (2012). *Benefícios Propostos pela Lei Complementar 128/2008: Análise da Sua Efetividade*

em um Município do Interior do Espírito Santo. IX Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGeT – Rezende/RJ.

Yin, R. K (2015). *Estudo de caso: planejamento e método*. 5 ed. Porto Alegre: Bookman.